



# OFICINA DO CES

**ces**

Centro de Estudos Sociais  
Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra

**ANTÓNIO SOUSA RIBEIRO**

**DEPOIS DA CATÁSTROFE:  
JASPERS, A QUESTÃO DA CULPA E O NÃO-DITO DO  
TRAUMA**

**Maio de 2016  
Oficina n.º 436**

**António Sousa Ribeiro**

**Depois da catástrofe:  
Jaspers, a questão da culpa e o não-dito do trauma**

**Oficina do CES n.º 436  
Maio de 2016**

**OFICINA DO CES**

**ISSN 2182-7966**

Publicação seriada do

**Centro de Estudos Sociais**

Praça D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

**Correspondência:**

Apartado 3087

3000-995 COIMBRA, Portugal

**António Sousa Ribeiro\***

### **Depois da catástrofe:**

#### **Jaspers, a questão da culpa e o não-dito do trauma<sup>1</sup>**

**Resumo:** Aborda-se sucintamente *A questão da culpa*, de Karl Jaspers, propondo-se alguns tópicos para uma discussão da ausência do problema do trauma na abordagem do autor.

**Palavras-chave:** culpa; Holocausto; Karl Jaspers; nazismo; trauma.

Para os participantes neste congresso e nesta mesa redonda, Karl Jaspers será, com toda a probabilidade, sobretudo conhecido como o autor da *Psicopatologia geral*, uma obra fundadora que, originalmente publicada em 1913 – vale lembrar, tinha o autor apenas 30 anos –, exerceu uma influência que pode ser bem medida não só pelo elevado número de edições em vida, sucessivamente revistas e muito ampliadas, mas também pelo número de línguas para que foi traduzida (destacando-se a tradução inglesa de 1963, também ela várias vezes reeditada). Alguns textos publicados recentemente por ocasião da passagem dos cem anos sobre a primeira edição alemã são bastante eloquentes quanto ao alcance e repercussões da obra (cf., por exemplo, Nardi *et al.*, 2013; Stanghellini, e Fuchs, 2013; Teixeira, 2014). O diálogo entre psiquiatria, psicologia e filosofia brilhantemente posto em cena por Jaspers no seu livro de 1913 não iria ter muitos representantes na paisagem intelectual do século XX, o que talvez contribua para explicar o significado singular da obra, para além do seu alcance como matriz fundadora de uma disciplina que estava em processo de configuração.

Com toda a probabilidade, será bastante menos conhecida, não apenas entre psiquiatras e psicólogos, mas, arrisco-me a especular, também entre filósofos, a circunstância de o autor, no pós-Segunda Guerra Mundial, se ter projectado para além do âmbito restrito dos saberes académicos, tornando-se numa personalidade influente da esfera pública alemã, até ao ponto de um analista recente o classificar como “o

---

\* Professor catedrático do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas (Estudos Germanísticos) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal. Investigador sénior do Centro de Estudos Sociais. Contacto: asr@ces.uc.pt.

<sup>1</sup> Com pequenas adaptações, o presente texto reproduz a minha intervenção na mesa redonda “Silêncios e Discursos na Construção do Trauma”, integrada no IX Congresso Nacional de Psiquiatria, realizado no Estoril entre 31 de Outubro e 2 de Novembro de 2013. Agradeço a Luísa Sales o convite para participar nesta mesa redonda.

intelectual mais reconhecido e mais importante das zonas de ocupação ocidentais” (Clark, 2002: 197). Com efeito, nesses anos difíceis, ele transformou-se naquilo a que poderíamos chamar um intelectual público, cujas intervenções, vigorosas e sempre controversas, relativamente a temas fracturantes da sociedade alemã obtiveram ampla repercussão – desde a questão da culpa, sobre que irei debruçar-me directamente, passando, mais tarde, pelas tomadas de posição relativamente à decisão de rearmamento e de reconstituição das forças armadas alemãs, até, por último, já perto do fim da vida, à questão dos usos da energia nuclear, relativamente à qual Jaspers se manifesta um crítico acérrimo.

No âmbito desta mesa redonda, centrada na questão do trauma, irei debruçar-me em particular sobre o ensaio *Die Schuldfrage (A questão da culpa)*, de 1946, o qual oferece à sociedade alemã do imediato pós-guerra uma proposta de confrontação com os crimes do passado recente que suscitou ampla controvérsia. É uma obra na qual a palavra trauma, que não aparece uma única vez, constitui um verdadeiro não-dito, e é sobre este não-dito que eu irei tecer breves considerações. Antes, porém, para entender o contexto da reflexão de Jaspers, são indispensáveis algumas breves notas biográficas.

Nada ou muito pouco na trajectória anterior do psiquiatra e filósofo faria prever o papel que viria a desempenhar no pós-guerra. Em 1931, num momento de agudização da grave crise que levaria a breve trecho à instauração da ditadura, ele publicara o volume *Die geistige Situation der Zeit (A situação espiritual do nosso tempo)* (Jaspers, 1931), uma obra que procede a um diagnóstico da época e a uma definição da crise sobretudo no plano moral, passando quase em completo silêncio a questão da política e fazendo uma única breve alusão de passagem ao nazismo em fulgurante ascensão, cuja natureza e fins manifestamente não suscitam da sua parte uma reflexão particular – muito mais tarde, o autor iria confessar que, na verdade, mesmo nas vésperas da tomada do poder pelos nacional-socialistas, a sua ignorância e desinteresse por este fenómeno eram quase totais. A experiência da ditadura nacional-socialista proporcionaria uma inflexão, claramente manifesta no imediato pós-guerra. Durante a ditadura, o autor da *Psicopatologia geral*, devido à recusa em divorciar-se da mulher, classificada como judia de acordo com as leis raciais nazis, sofrera um processo gradual de marginalização, que passou pelo afastamento forçado da sua cátedra na Universidade de Heidelberg, em Junho de 1937, e pela proibição de publicar, em 1938. Com a ajuda de vários amigos, o casal conseguiu ir sobrevivendo em condições precárias e sempre sob ameaça, só escapando à deportação para o campo de Ravensbrück, prevista para meados

de Abril de 1945, devido à libertação de Heidelberg pelas tropas norte-americanas a 30 de Março.

Foi, em parte, por influência de Jaspers, entretanto reconduzido na sua cátedra, que a Universidade de Heidelberg pôde reiniciar as actividades académicas muito cedo, logo após a derrota alemã. O texto do que viria a ser o livro *A culpa alemã*, publicado logo em 1946, baseia-se essencialmente nas aulas que o autor leccionou logo no primeiro semestre depois da queda do nazismo. Como ele próprio escreve, o seu objectivo é encontrar um fundamento comum para um renascimento individual, entendido como tarefa moral cuja condição irrecusável teria de ser a confrontação impiedosa com o passado recente. Numa Alemanha em ruínas, em que a preocupação com a simples sobrevivência quotidiana assoberbava todos e cada um, a confrontação com a questão da culpa não estava, manifestamente, no topo das preocupações da população alemã, o que torna tanto mais significativo o esforço de Jaspers para colocar na agenda pública um tema que, a seus olhos, constitui a premissa indispensável de uma regeneração moral. A filosofia, como escreveu na época em carta a Hannah Arendt, “tinha de tornar-se prática e concreta, sem por um minuto esquecer as suas origens” (*apud* Clark, 2002: 201). E, no âmbito desta tarefa, a missão da universidade surgia, a seus olhos, como decisiva, desde que a questão da memória fosse tomada como uma pedra angular: “o modo como recordamos”, escreve Jaspers na mesma carta, “decidirá aquilo em que iremos tornar-nos” (*ibidem*: 209).

Segundo relatos da época, a receptividade dos estudantes às reflexões de Jaspers parece ter sido limitada. A publicação em livro, porém, obteve ressonância pública bastante ampla, embora não muito duradoura. A reflexão de Jaspers sobre o problema da culpa é inteiramente congruente com a sua preocupação de sempre com a experiência de situações de fronteira – morte, dor, culpa, luta –, enquanto fenómenos liminares complexos que geram situações de indeterminação e ambivalência e obrigam a uma reflexão difícil referente, nomeadamente, ao problema da sua relação com formas de poder e de violência. No caso em análise, ele toma como ponto de partida a recusa de um conceito indiferenciado de culpa ou da atribuição de uma culpa colectiva ao povo alemão – o simples conceito de culpa colectiva é, a seus olhos, com boas razões, absurdo e mais não significaria do que prolongar com outro sinal as noções nazis de uma psicologia de massas ou de um sujeito colectivamente responsável. Em vez disso, propõe-se analisar a questão da culpa em quatro vertentes, que correspondem a quatro dimensões diferentes de um mesmo problema.

Distingue, antes de mais, a culpa criminal, que tem origem numa responsabilidade por crimes objectivamente demonstrável através de prova e que pode ser objecto de sentença nos tribunais correntes.

O segundo tipo de culpa – a culpa política, ocasionada por decisões de órgãos do Estado – só pode ser objecto das sanções impostas no quadro de uma situação dominada pelos vencedores. Isto é, numa situação de derrota, pode ocorrer a tipificação, por parte das potências vencedoras, de um quadro jurídico novo que permita a criminalização de actos tradicionalmente fora da alçada dos tribunais. Foi justamente o que aconteceu com o tribunal de Nuremberga, cujo feito marcante foi, como é sabido, o estabelecimento do conceito de crime contra a humanidade. A definição da culpa política, no sentido de Jaspers, permitiu, assim, criar um precedente jurídico de importância decisiva.

Em terceiro lugar, Jaspers define o conceito de culpa moral. Esta tem que ver com a responsabilização ética pela participação em acções criminosas, mesmo que dessa participação não resulte uma responsabilidade criminal (tipicamente, o cumprimento forçado de ordens a que o sujeito não pôde ou julgou não poder eximir-se). Esta dimensão da culpa tem que ver com a consciência individual, o tribunal é o da consciência de cada um.

Por fim, Jaspers define um quarto conceito, o de culpa metafísica. Esta delimita uma noção de responsabilidade que é independente de qualquer acção ou omissão por parte do sujeito, já que alude à responsabilidade que todo o ser humano assume relativamente à violência exercida sobre um qualquer outro ser humano. Trata-se, pois, de um princípio ético fundamental que abrange toda a humanidade e se estende às gerações seguintes, não podendo, por definição, prescrever. Apesar da tonalidade religiosa que, sem dúvida, a fundamentação de Jaspers dá a este conceito, e das inegáveis ambiguidades inerentes, ele parece-me de uma relevância capital para o nosso presente, já que aponta para um princípio ético elementar de respeito pelos direitos humanos, a única base possível para uma ética de alcance universal nos nossos dias.

Como argumentam vários autores (cf. Clark, 2002), a reflexão de Jaspers teve uma importância fundamental no contexto do imediato pós-guerra, nomeadamente, desde logo, porque o modo como equaciona a questão da culpa tinha como pressuposto que a derrota alemã não representava simplesmente uma derrota militar na linha de outras situações históricas análogas, mas significava a derrota de um regime criminoso e implicava o reconhecimento de um envolvimento colectivo nos actos cometidos por esse regime. A reconstrução não podia ser, assim, uma simples tarefa económica e

política, antes implicava uma regeneração moral que impunha a todos e a cada qual o imperativo da confrontação com a memória do passado recente.

Contrariamente às expectativas de Jaspers, que, retrospectivamente, iria olhar com grande cepticismo para as esperanças que alimentara no imediato pós-guerra, a rápida reconstrução política e económica da Alemanha no contexto da Guerra Fria fez-se em condições de pronunciada amnésia. O contexto para uma discussão aprofundada sobre a questão da culpa foi-se tornando cada vez mais desfavorável e, na verdade, só a partir de meados dos anos 60 essa questão voltaria de modo relevante à agenda pública alemã. Mas esse regresso far-se-ia em termos já muito diferentes dos propostos por Jaspers, por uma razão fundamental: é que, nesses anos, a reflexão inclui um parâmetro central que estivera ausente das considerações do filósofo no imediato pós-guerra – é uma reflexão que incorpora de modo cada vez mais decisivo a questão da vítima e do trauma.

Se regressarmos brevemente à obra *A questão da culpa*, é-nos hoje relativamente fácil descortinar os seus limites, que não são apenas provocados por condicionalismos contextuais desfavoráveis, mas tocam intimamente na própria lógica argumentativa do texto. Ao longo deste, Jaspers usa sistematicamente a forma da primeira pessoa do plural: nós. Mas quem é este ‘nós’? É, sem margem para dúvidas, o conjunto do povo alemão enquanto colectivo. Se bem que Jaspers, sobretudo através do conceito de culpa moral, sublinhe sempre que o assumir da culpa é um processo individual, este é sempre perspectivado do ponto de vista do modo como poderá confluír numa regeneração colectiva e na criação de condições renovadas para, cito, “um diálogo de todos com todos” (Jaspers, 1946: 16), equivalente ao renascimento da nação alemã. Mas, justamente, esse colectivo que renasce a partir do processo de catarse activado pelo assumir da culpa fá-lo em condições que lhe permitem transcender o passado e que tendem, pois, a obliterar qualquer dimensão traumática da memória. Assim, de modo paradoxal, o discurso sobre a culpa corre, inconscientemente, o risco de contribuir para o desaparecimento da figura da vítima da consciência pública. Na verdade, ao longo da obra, Jaspers subvaloriza claramente a dimensão do envolvimento de largas camadas da população nos crimes nazis (a seus olhos, como escreve, trata-se de não mais do que umas dezenas de milhares) e, no que constitui o mais gritante silêncio das suas reflexões, não demonstra uma percepção cabal, já perfeitamente possível na época, da extensão e do significado do genocídio nazi a que hoje é corrente chamar Holocausto.

Poderá haver muitas razões para esse silêncio, mas arrisco especular que a dissociação entre culpa e trauma manifesta ao longo de *A questão da culpa* tem que ver



com a relutância de Jaspers em admitir um conceito de trauma como aprisionamento insuperável do presente num acontecimento passado. Na *Psicopatologia geral* – estou a reportar-me à segunda edição alemã (Jaspers, 1920) –, o conceito de trauma tem uma presença bastante fugaz, surgindo quase apenas no âmbito de uma alusão bastante de passagem a Freud, no subcapítulo “A dissociação de condições psíquicas”. Na avaliação ambivalente que sempre lhe mereceu Freud, embora a perspectiva freudiana pareça útil a Jaspers, não é desenvolvida e muito menos corroborada sem reservas. Pelo contrário, nesse mesmo passo, Jaspers mostra-se crítico do conceito freudiano de regressão e atribui a Jung “o mérito de ter esclarecido a génese da exagerada valorização teórica, por parte de médicos e de doentes, de traumas psíquicos passados” (Jaspers, 1920: 216). O trauma tende, assim, a ser visto por Jaspers da perspectiva da cura, da perspectiva daquele “efeito catártico” (*ibidem*: 216) que coincide com o desaparecimento dos sintomas. Desta perspectiva, para regressar ao texto de 1946, a culpa é apenas um momento num processo destinado a transcendê-la, um processo de cura que é sempre ao mesmo tempo individual e colectivo, como se fosse possível eliminar as marcas de um passado traumático e encontrar uma superação catártica mesmo do sofrimento mais extremo.

Parece manifesto que o entendimento do trauma do sobrevivente dos campos de extermínio nazis está para além dos limites da psicologia compreensiva fundada por Jaspers. A ausência de reflexão sobre a vítima por parte deste contrasta com clareza, com o pensamento de Theodor Adorno ou de tantos outros para quem Auschwitz constitui um momento de ruptura inscrito de modo indelével na própria possibilidade do pensamento. Mas talvez a réplica mais irresponsável a Jaspers seja a que, vinte anos depois da publicação de *A questão da culpa*, foi dada pelo escritor e ensaísta de origem austríaca Jean Améry. Em 1966, Améry publicou um conjunto de ensaios sobre a sua experiência de sobrevivente dos campos de extermínio num livro que, com evidente referência à obra de Jaspers, intitulou *Jenseits von Schuld und Sühne (Para além de culpa e expiação)*. Leio esta obra, entre muitos outros aspectos, como uma resposta críptica a *A questão da culpa*. Nos cinco ensaios autobiográficos que constituem o volume, o autor ensaia, a meu ver com sucesso, o mais difícil dos discursos, o da representação do seu próprio sofrimento. Particularmente marcante é a tentativa de narrar a experiência de ser submetido à tortura, no capítulo simplesmente intitulado “A tortura”. Enquanto objectificação total do corpo do outro e forma de controlo absoluto experienciada pela vítima como a condição de vulnerabilidade mais extrema, a tortura é

caracterizada por Améry não como simplesmente uma das práticas, mas sim como a essência definidora do Terceiro Reich. Neste capítulo, num *tour de force* notável, ele funde duas temporalidades, a do presente da escrita e do presente da memória traumática, combinando uma perspectiva analítica com a narração da mais pessoal das experiências, a experiência de “ser integralmente transformado em carne” e de ser “apenas um corpo e nada mais”. Este é o ponto em que a linguagem atingiu os seus limites. Não há linguagem capaz de comunicar uma experiência que está para além da linguagem porque está para além de toda a escala do humano:

Não faria nenhum sentido tentar descrever o sofrimento que me foi infligido. Era ‘como um ferro em brasa nos meus ombros’ e era como ‘um pau rombo enfiado na minha nuca’? – um termo de comparação estaria apenas em vez de um outro e, no fim e ao cabo, todos seríamos ludibriados no carrocel sem remédio das comparações. A dor era o que era. Não há mais nada a dizer. (Améry, 1988: 50)

E poucas linhas adiante:

Aquele que foi torturado permanece torturado. A tortura foi inscrita nele a fogo de maneira indelével, mesmo quando não são detectáveis nenhuns traços clínicos objectivos. (*ibidem*: 51)

Umás páginas à frente, no parágrafo final do capítulo, o leitor é confrontado com uma súplica terrível:

Aquele que sucumbiu à tortura nunca mais voltará a encontrar um lugar seu no mundo. A vergonha do aniquilamento não pode ser apagada. [...] Nenhuma perspectiva se abre a partir daqui para um mundo regido pelo princípio da esperança. A vítima do martírio rende-se desarmada ao medo. (*ibidem*: 58)

Alonguei-me talvez um pouco nas citações para tornar directamente explícita a posição de Améry, cujas consequências, que não irei desenvolver, se traduzem, nomeadamente, na insistência no direito ao ressentimento por parte da vítima, isto é, na recusa do perdão ou da expiação como caminho para uma catarse capaz de transcender a dimensão da culpa. Na verdade, a situação trágica da vítima, de acordo com Améry,

está no preciso facto de a sua identidade depender da preservação daquela mesma memória traumática que lhe impede o trabalho de luto e, assim, cancela a possibilidade da esperança. Na sua radicalidade extrema, a posição de Améry é naturalmente, controversa, e foi objecto de controvérsia no próprio campo da literatura do Holocausto, como testemunha a discussão de Primo Levi no capítulo “O intelectual em Auschwitz” de *Os que sucumbem e os que se salvam* (Levi, 2008). Mas, na recusa intransigente em dar como adquirida a possibilidade de transcendência da experiência traumática, a posição de Améry oferece sem dúvida um convincente ponto de apoio para uma perspetivação crítica de um tratamento da questão da culpa dissociado da questão do trauma como aquele que, sem dúvida com absoluta boa-fé mas com limites que a análise permite tornar evidentes, está no cerne da proposta de Jaspers de 1946.

### Referências bibliográficas

- Améry, Jean (1988), *Jenseits von Schuld und Sühne. Bewältigungsversuche eines Überwältigten*. München: dtv.
- Clark, Mark W. (2002), “A Prophet without Honour: Karl Jaspers in Germany, 1945-48”, *Journal of Contemporary History*, 37(2), 197-222.
- Jaspers, Karl (1920), *Allgemeine Psychopathologie für Studierende, Ärzte und Psychologen*. Berlin/Heidelberg: Springer-Verlag [2.<sup>a</sup> ed., revista].
- Jaspers, Karl (1931), *Die geistige Situation der Zeit*. Berlin/Leipzig: Göschen (trad. portuguesa, *A situação espiritual do nosso tempo*. Lisboa: Moraes Editores, 1968).
- Jaspers, Karl (1946), *Die Schuldfrage. Zur politischen Haftung Deutschlands*. Heidelberg: Lambert Schneider.
- Levi, Primo (2008), *Os que sucumbem e os que se salvam*. Trad. José Colaço Barreiros. Lisboa: Teorema.
- Nardi, Antonio Egídio *et al.* (2013), “A Hundred-year of Karl Jaspers’ General Psychopathology (*Allgemeine Psychopathologie*) – 1913-2013: A Pivotal Book in the History of Psychiatry”, *Arquivos de Neuropsiquiatria*, 71(7), 490-92.
- Stanghellini, Giovanni; Fuchs, Thomas (orgs.) (2013, *One Century of Karl Jaspers’ General Psychopathology*. Oxford: Oxford University Press.

Teixeira, José A. Carvalho (org.) (2014), *Actas do colóquio 100 anos da 'Psicopatologia geral' de Karl Jaspers*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.